



Ministras de Estado: uma análise prosopográfica das mulheres nos cargos máximos da República de 1985 a 2019

Female State Ministers: a prosopographical analysis of women in maximum positions of the Republic from 1985 to 2019

Julia Helioro Souza Gitirana*

Leticia Regina Camargo Kreuz**

REFERÊNCIA

GITIRANA, Julia Helioro Souza; KREUZ, Leticia Regina Camargo. Ministras de Estado: uma análise prosopográfica das mulheres nos cargos máximos da República de 1985 a 2019. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 43, p. 245-266, ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.94386>.

RESUMO

Considerando que a representatividade de grupos politicamente minoritários em espaços de decisão engloba diferentes estratégias a depender da forma de indicação ou ascensão ao cargo, a presente pesquisa se propõe a tecer uma análise prosopográfica das Ministras de Estado brasileiras desde a redemocratização do País, iniciando a leitura de dados a partir do Governo José Sarney (1995) e alcançando a seleção de ministérios feita por Jair Bolsonaro (2019). Trata-se de uma tentativa de compreender a faceta identitária da representação – isto é, a análise tem como foco a trajetória das mulheres escolhidas no período em questão para ocupar os cargos de confiança mais altos da República. Para tanto, parte-se de uma relação de quem são essas mulheres, análise essa aprofundada a partir de critérios de titulação, carreira política e partidária, proximidade com organizações religiosas e participação em movimentos e organizações sociais. Analisaram-se, simultaneamente, quais foram as pastas ocupadas por elas – e como determinados setores são ainda um tabu para a representação feminina. A partir de tais dados, é possível traçar perfis sobre as mulheres do alto escalão da República e, com isso, compreender quem elas são e como alcançaram esses cargos.

PALAVRAS-CHAVE

Representação. Mulheres. Ministras. Burocracia. Trajetórias políticas.

ABSTRACT

Considering that the representations of political minority groups in decision-making spaces encompass different strategies depending on the form of nomination or ascension to the position, the present research aims to perform a prosopographical analysis of the female Brazilian Ministers of State since the redemocratization of the country, with data analysis beginning in the José Sarney Government (1995) up to the ministry selection made by Jair Bolsonaro (2019). It will attempt to understand the facets related to identity representation - therefore the analysis will focus on the journey of the chosen women in the period in question to occupy the highest trust positions in the Republic. The article will start with a backstory on each woman followed by an in-depth analysis based on the criteria of title, political and party career, proximity to religious organizations and participation in social movements and organizations. Simultaneously, the research will analyze the political roles these women occupied - and how certain sectors are still taboo for female representation. Such data will allow this research to draw profiles on women of the highest echelon of the Republic and, with that, understand

* Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPR. Mestra em Ciência Jurídica e Teoria do Estado pela PUC-RJ. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo UTP/ICPC (2016). Bacharela em Direito pela PUC-RJ. Professora no curso de Graduação do Departamento de Direito da FAE Centro Universitário. Líder do Grupo de pesquisa Observatório dos Direitos de Gênero da FAE Centro Universitário. Diretora Acadêmica do Instituto Política por.de.para Mulheres. E-mail: julia.gitirana@gmail.com.

** Doutoranda e Mestra em Direito do Estado pela UFPR. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Bacharela em Direito pela UFPR. Professora de Direito Constitucional no curso de Graduação em Direito da Unibrasil. Presidenta do Instituto Política por.de.para Mulheres. Pesquisadora voluntária do Núcleo de Investigações Constitucionais (NINC/UFPR). E-mail: leticiakreuz@gmail.com.





who they are and how they reach these positions.

KEYWORDS

Representation. Women. Ministers. Bureaucracy. Political trajectories.

SUMÁRIO

1. Introdução. 2. Notas metodológicas. 3. As Mulheres Ministras do Brasil (1985-2019): uma radiografia da burocracia feminina do alto escalão. 4. Trajetórias, percursos e similaridades: titulação, carreira política e movimentos sociais. 5. Conclusão. Referências.

1 INTRODUÇÃO

A representatividade de grupos politicamente minoritários em espaços de decisão engloba diferentes estratégias a depender da forma de indicação ou ascensão ao cargo. Isso porque, como são historicamente afastados desses espaços políticos, existe uma distorção entre a representação de determinados setores e sua correspondência no campo social – grupos numericamente grandes podem ser politicamente minoritários, a exemplo das mulheres. Outros grupos que sofrem com a sub-representatividade são indígenas, comunidade LGBT, negros, membros de religiões não cristãs, entre outros.

No campo eleitoral, a inserção de cotas para mulheres configura a estratégia atual para aumentar a representação política feminina no parlamento. A reserva de 30% das candidaturas para cada gênero¹ nas chapas ao Legislativo tem o condão de impedir que as chapas sejam formadas exclusivamente (ou com expressiva dominância) por homens ou por mulheres, uma vez que ambas as possibilidades são coibidas pelo texto legislativo. O estabelecimento dessa cota pela Lei n.º 12.034/09, que alterou a Lei n.º 9.504/97, originou-se de um processo de discussão sobre a necessidade de ampliação da representação feminina, mas tem resultado ainda incipiente na realidade eleitoral brasileira.

O processo de indicação de Ministras de Estado opera em lógica distinta. Enquanto na esfera eleitoral as eleitoras podem escolher diretamente suas representantes para o Executivo, a indicação ministerial segue a lógica de confiança por parte de chefes do referido poder, sendo de livre nomeação. Ainda assim, embora obedeça à outra lógica de promoção ao cargo, pode-se observar uma carência de mulheres nesses espaços de decisão – uma vez que representam hoje 51% da população brasileira, relação que não se observa na quantidade de mulheres nomeadas ministras nas últimas décadas. Há um elemento comum entre esses espaços: a ideia de autodeterminação e a própria concepção de democracia são fragilizadas na

¹ Embora a lei fale em 30% de candidaturas para cada sexo, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu a Consulta n.º 0604054-5, em 2018, e passou a incluir na cota as mulheres trans, de forma que a cota passou a ser entendida enquanto cota de gênero e não de sexo (TSE, 2018).





medida em que grupos socialmente minoritários não podem decidir sobre si, mas são submetidos à deliberação e vontade de setores politicamente mais fortes. Por outro lado, compartilham entre si outro elemento fundamental do processo de tomada de decisões: não apenas a capacidade técnica ou a trajetória política operam de modo a alçar pessoas às posições de destaque em cada campo.

No que diz respeito ao déficit identitário nos espaços de decisão, é necessário pensar nas particularidades que eles evidenciam. Na óptica de Iris Marion Young, ainda que interconectados, os grupos sub-representados possuem muitas diferenças entre si,

[...] diferenças de raça e de classe perpassam o gênero, diferenças de gênero e etnia perpassam a religião e assim por diante. Os membros de um grupo de gênero, racial etc. têm histórias de vida que os tornam muito diferentes entre si, com diferentes interesses e diferentes posicionamentos ideológicos. (YOUNG, 2006, p. 141-142).

Um eventual “processo unificador” viria congelar relações fluidas e poderia recriar exclusões opressivas (YOUNG, 2006).

Nesse complexo, a representação se torna um “relacionamento diferenciado” entre atores políticos plurais engajados num processo que se estende no espaço e no tempo. “Os diferentes grupos e segmentos da sociedade dialogam melhor em suas diferenças por meio de representantes que se encontram e ouvem uns aos outros, abertos à possibilidade de mudar suas posições” (YOUNG, 2006, p. 154). A desigualdade socioeconômica estrutural interfere diretamente na composição e influência de setores sociais excluídos.

A representação de grupos minoritários, no entanto, não deve ser concebida somente por referência a atributos compartilhados por pessoas. Igualmente, ela não importa apenas a manifestação de algum conjunto de opiniões, interesses ou experiências que todos os membros do grupo compartilhem (YOUNG, 2006, p. 172-173). A melhor representação social ocorre quando a população tem condições de organização e deliberação. No entanto, há um elemento de reconhecimento e compreensões mútuas, como bem expressa Francisco Caamaño Domínguez (2004, p. 22).

Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a tecer uma análise prosopográfica das Ministras de Estado desde a redemocratização do País, iniciando a leitura de dados a partir do Governo José Sarney (1995) e alcançando a seleção de ministérios feita por Jair Bolsonaro (2019), de modo a compreender a faceta identitária da representação – isto é, a análise tem como foco a trajetória das mulheres escolhidas no período em questão para ocupar os cargos





de confiança mais altos da República². Para tanto, parte-se de uma relação de quem são essas mulheres, análise essa aprofundada a partir de critérios de titulação, carreira política e partidária, proximidade com organizações religiosas e participação em movimentos e organizações sociais. Analisaram-se, simultaneamente, quais foram as pastas ocupadas por elas – e como determinados setores são ainda um tabu para a representação feminina. A partir de tais dados, é possível traçar perfis sobre as mulheres do alto escalão da República e, com isso, compreender quem elas são e como alcançaram esses cargos.

2 NOTAS METODOLÓGICAS

Para a efetivação dos objetivos deste trabalho, maneja-se a técnica de pesquisa prosopográfica (biografias coletivas) que dialoga com a História, a Sociologia e a Ciência Política (COSTA, MASSIMO, BUTTURE, LOPES, 2015). Segundo Stone (2011, p. 115) a prosopografia é uma forma de investigação das características comuns, da vida, de uma pequena coletividade que perpassam desde origens sociais, formação, profissão, casamento, posições econômicas herdadas etc. O método, ainda segundo o autor, reúne vários tipos de informações sobre indivíduos *combinando e examinando variáveis significativas*. Em outras palavras, trata-se de uma metodologia apta a descrever, por uma ótica afastada das macroestruturas, as micro relações, interações das estruturas sociais e os funcionamentos das instituições desvelando possíveis lógicas de funcionamento ou possibilidades expressas nos jogos de poder.

No intuito de analisar o perfil das 32 Ministras do Estado brasileiro que ocuparam e ocupam diversas pastas entre os governos José Sarney, do PMDB (1985-1990), e Jair Bolsonaro, eleito pelo PSL (2019), o recorte e colagem das trajetórias da vida e da profissão foram organizadas através dos seguintes predicados: raça/etnia/cor, profissão, idade de ingresso no respectivo Ministério, acesso à educação superior, posse de títulos escolares, formas de socialização no mundo político e carreira acadêmica. As categorias escolhidas se concentram em tentar delimitar tendências gerais de perfil, bem como questões socioeconômicas (escolaridade e diploma), passagem pelas instituições políticas tradicionais,

² A pesquisa busca evidenciar o perfil das mulheres que ocupam o alto escalão da burocracia federal brasileira, sem adentrar nesse momento nas consequências dessa representação. Por ora, não será feita a análise acerca de sua atuação enquanto ministras – vale dizer, a pesquisa em questão não versará sobre a atuação delas enquanto Ministras de Estado, o que deve ser realizado futuramente pelas autoras.





como sindicatos, partidos e parlamentos, revelando capital social sobre ocupações prévias na política.

As informações utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram extraídas de diversos bancos de dados, com destaque para: relatórios e radiografias de parlamentares produzidas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Plataforma Lattes de currículos, Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Outras fontes importantes para a produção dos dados primários foram *blogs* de jornalistas especializados, *sites* oficiais das instituições políticas e *blogs* pessoais das parlamentares.

A escolha pela abordagem no estudo de elites políticas se justifica pela possibilidade de representar uma vinculação entre elite e dinâmica social, ou, ainda, associar de modo estrutural a relação entre o mundo social de partida e o funcionamento das organizações políticas imersas em questões culturais e sociais que operam múltiplas hierarquizações e subordinações. É considerada na análise a noção de capital simbólico, teorizada por Pierre Bourdieu enquanto “[...] poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (1987), ou seja, a expressão e identificação das agentes políticas pelo que representam politicamente dentro de suas lutas.

3 AS MULHERES MINISTRAS DO BRASIL (1985-2019): UMA RADIOGRAFIA DA BUROCRACIA FEMININA DO ALTO ESCALÃO

A primeira mulher a compor um Ministério na história do Brasil foi a advogada e professora Esther Figueiredo Ferraz (1915-2008), que comandou a pasta de Educação e Cultura (MEC) entre 1982-1985, ainda na ditadura militar, na época comandada pelo General João Baptista Figueiredo (1979-1985). Nascida em São Paulo, em 1915, Esther tornou-se não apenas a primeira mulher a ocupar um Ministério, mas também a dar aulas na Universidade de São Paulo, onde fez o bacharelado, bem como a primeira mulher reitora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Ordem dos Advogados. Antes de assumir o cargo no Ministério, a trajetória profissional foi marcada por diversas atuações públicas e sociais, dentre elas cabe destacar o projeto que resultou no *Estatuto da Mulher Casada* (Lei n.º 4.121, de 27 de agosto de 1962)³. No cargo de Ministra é válido

³ O *Estatuto da Mulher Casada* foi o primeiro movimento formal e institucional a romper diretamente com a hegemonia sexista e patriarcal do ordenamento jurídico brasileiro. Através dessa lei foi garantido às mulheres a plena capacidade civil, passando da condição de subalternidade à de colaboradoras na administração da





mencionar a regulamentação da *Emenda Constitucional Calmon* (Lei n.º 7.348, de 24 de julho de 1985), que determina percentuais mínimos de investimentos da União, dos Estados e dos Municípios no setor da educação.

Desde a nomeação da primeira mulher para o alto escalão da burocracia do Poder Executivo, a média geral de mulheres integrantes dos Ministérios do Estado brasileiro no período da redemocratização teve pequenas variações ao longo dos anos, como se verifica na Tabela 1 exposta a seguir. Os maiores destaques da participação de mulheres em cargos ministeriais se centralizaram nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (2007-2011), no segundo mandato, com 8 indicações, e de Dilma Rousseff, também do PT, com a indicação de 12 mulheres no primeiro mandato (2011-2015). Entretanto, vale mencionar que o número de órgãos com *status* de ministério sofreu alterações ao longo dos anos, sobretudo de governo para governo. Como apontam Sheila Barbosa e João Pompeu (2017, p. 14), ao longo dos anos o número de órgão com *status* de ministério experimentou um crescimento significativo, passando de 26 no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) para 39 no início do segundo governo Dilma. Isso significou um acréscimo de 50% em vinte anos. Nota-se que é exatamente nesses governos em que aumentou o número de órgãos com *status* de Ministérios que a nomeação de mulheres para participar do alto escalão da burocracia do Poder Executivo foi maior.

Desse modo, embora a análise possibilite verificar que a nomeação de mulheres está proporcionalmente centrada nos governos Lula e Dilma (ambos do PT), especialmente na área social, os dados caracterizam, em geral, a sub-representação das mulheres. Outra perspectiva interessante fornecida pela Tabela 1 é que, apesar do primeiro governo de Dilma Rousseff apresentar o maior número de mulheres já visto na história brasileira a compor o quadro dos ministérios e secretarias da cúpula do Poder Executivo, em um segundo momento, o governo, arregimentado por pressão política e institucional, sofreu uma diminuição da presença feminina. Segundo Dirceu André Gerardi e Fran Espinoza (2016, p. 8-11), que analisam fatores que influenciam o recrutamento de ministros da área social em tempos de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2015-2016), no primeiro mandato, as mulheres representaram 36% do total de indicadas e, no segundo, apenas 25%. Na leitura promovida

sociedade conjugal. Vale ressaltar que através dessa lei foi dispensada a necessidade da autorização marital para o direito de trabalhar e o consagrado que se chamou de *bens reservados*. Esse instituto do direito civil garantia que os bens adquiridos pela esposa com o produto de seu trabalho não responderiam por possíveis dívidas do cônjuge, ainda que presumivelmente contraídas em favor da família. Apesar das demandas do Estatuto da Mulher Casada se centralizarem em demandas vinculadas à realidade de mulheres brancas, de classe média e casadas, ainda é uma quebra de paradigma relevante a ser citada nas mudanças do ordenamento jurídico brasileiro.





pelos autores os números evidenciam que, em períodos de crise, as mulheres em geral perdem espaços. No cenário específico, que movimentou o *impeachment* de Dilma Rousseff, vale mencionar a reforma administrativa de 2015⁴, que promoveu corte em secretarias e ministérios das áreas política, social e econômica, reduzindo de 39 para 31 o número de ministérios no Brasil⁵.

A Tabela 1, a seguir, denomina as mulheres nomeadas ao longo dos anos a cargos na Esplanada nos Ministérios e que serviram como referência para análise da biografia coletiva levantada e avaliada na presente pesquisa. Cabe ressaltar que não foi incluída na pesquisa a nomeação de cargos da Advocacia-Geral da União, a qual goza de *status* ministerial.

Tabela1 – Relação de Mulheres nos Ministérios de Estado no período da redemocratização da política brasileira

Presidência/Partido	Nº	Nome	Nome do Ministério/período
José Sarney, do PMDB (1985-1990)	1	Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Ministério do Trabalho (1989-1990)
Fernando Collor, do PRN (1990-1992)	2	Margarida Maria Maia Procópio	Ministério da Ação Social (1990-1992)
		Zélia Maria Cardoso de Mello	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (1990-1991)
Itamar Franco, do PMDB (1992-1994)	3	Leonor Barreto Franco	Ministério do Bem-Estar Social (1994)
		Luiza Erundina de Sousa	Secretaria de Administração Federal (1993)
		Yeda Rorato Crusius	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação (1993)
Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (1994-1998)	2	Claudia Maria Costin	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (1998)
		Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (1995-1998)
Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (1999-2003)	0	-	-
		Benedita Sousa da Silva	Ministério da Assistência Social (2003-2004)
		Dilma Rousseff	Ministério de Minas e Energia (2003-2005)
Luís Inácio “Lula” da		Dilma Rousseff	Casa Civil (2005-2007)

⁴ A chamada Reforma Administrativa do Governo Federal, de 2015, dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios refere-se à Lei n.º 13.266, de 5 de abril de 2016, a qual determina a extinção de ministérios e estabelece os novos contornos administrativos do governo (BRASIL, 2016).

⁵ Com a reforma, os 11 Ministérios sociais foram reduzidos para 7. Diante da pressão política, o governo Dilma compactou três secretarias em um só ministério: a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos deram origem ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Em relação às pastas do Trabalho e Previdência Social, as mesmas se aglutinaram e geraram o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Nos assuntos políticos, a Secretaria de Assuntos Estratégicos foi extinta. As Secretarias de Relações Institucionais, a Secretaria Geral e o Gabinete de Segurança Institucional foram agregados em um único ministério: a Secretaria de Governo. Por fim, em relação à área econômica, o Ministério da Pesca foi incorporado ao Ministério da Agricultura.





Silva, do PT (2003-2007)	7	Emília Xavier Fernandes Maria Osmarina Silva de Sousa Matilde Ribeiro Nilceia Freire	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2003-2004) Ministério do Meio Ambiente (2003-2007) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003-2007) Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2004-2007)
Luís Inácio “Lula” da Silva, do PT (2007-2011)	8	Dilma Rousseff Erenice Alves Guerra Izabella Monica Vieira Teixeira Marcia Helena Carvalho Lopes Maria Osmarina Silva de Sousa Marta Teresa Suplicy Matilde Ribeiro Nilceia Freire	Casa Civil (2007-2010) Casa Civil (2010) Ministério do Meio Ambiente (2010-2010) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010-2011) Ministério do Meio Ambiente (2007-2008) Ministério do Turismo (2007-2008) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2007-2008) Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2007-2011)
Dilma Rousseff, do PT (2011-2015)	12	Anna Maria Buarque de Hollanda Eleonora Menicucci de Oliveira Gleisi Hoffmann Helena Maria de Freitas Chagas Ideli Salvatti Garcia Ideli Salvatti Garcia Ideli Salvatti Garcia Irieny Nicolau Corres Lopes Izabella Mônica Vieira Teixeira Luiza Helena Bairros Maria do Rosário Nunes Marta Teresa Suplicy Miriam Aparecida Belchior Tereza Helena Gabrielle	Ministério da Cultura (2011-2012) Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2012-2015) Casa Civil (2011-2014) Secretaria de Comunicação Social (2011-2014) Ministério da Pesca e Aquicultura (2011) Secretaria de Relações Institucionais (2011-2014) Secretaria de Direitos Humanos (2014-2015) Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2011-2012) Ministério do Meio Ambiente (2011-2015) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2011-2015) Secretaria de Direitos Humanos (2011-2015) Ministério da Cultura (2012-2014) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2011-2015) Ministério do Desenvolvimento Social e





		Barreto Campello	Combate à Fome (2011-2015)
Dilma Rousseff do PT (2015-2016)	7	Eleonora Menicucci de Oliveira	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2015)
		Ideli Salvatti Garcia	Secretaria de Direitos Humanos (2015)
		Izabella Mônica Vieira Teixeira	Ministério do Meio Ambiente (2015-2016)
		Katia Regina Abreu	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2015-2016)
		Nilma Lino Gomes	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2015)
		Nilma Lino Gomes	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016)
		Tereza Helena Gabrielle Barreto Campello	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015-2016)
Michel Temer, do PMDB (2016-2018)	1	Luislinda Dias de Valois Santos	Ministério dos Direitos Humanos (2017-2018)
Jair Bolsonaro ,do PSL (2019)	2	Damara Regina Alves	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019)
		Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019)

Fonte: Elaboração das autoras.

Como se observa pela exposição da presente tabela, em 34 anos de vida democrática o Brasil fez apenas 45 nomeações de mulheres para ministérios e secretarias com *status* de ministérios. Dessas 45 designações, é preciso destacar a repetição do recrutamento de alguns nomes, como: Dilma Rousseff (indicada três vezes nos governos de Luís Inácio Lula da Silva); Dorothea Fonseca Furquim Werneck (indicada duas vezes, uma no governo de José Sarney e outra no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso); Eleonora Menicucci de Oliveira (indicada duas vezes nos governos de Dilma Rousseff); Ideli Salvatti Garcia (designada quatro vezes nos governos de Dilma Rousseff); Izabella Mônica Vieira Teixeira (nomeada três vezes nos governos de Dilma Rousseff e Lula); Maria Osmarina Silva de Sousa, mais conhecida pelo nome político Marina Silva (indicada duas vezes nos governos de Lula); Marta Teresa Suplicy (indicada duas vezes nos governos de Lula e Dilma Rousseff); Matilde Ribeiro (indicada duas vezes no governo de Dilma Rousseff); Nilceia Freire (indicada duas vezes nos governos de Lula); Nilma Lino Gomes (indicada duas vezes no governo de Dilma); e Tereza Helena Gabrielle Barreto Campello (nomeada duas vezes nos governos de Dilma Rousseff).

Esses indicativos demonstram que, apesar de representar 51% da população brasileira (IBGE, 2012), apenas 32 mulheres conseguiram compor o quadro do alto escalão da alta cúpula política brasileira que estrutura parte do Poder Executivo. É interessante destacar que





desses 32 nomes, todas são mulheres cisgêneras e apenas seis são mulheres pretas/negras⁶ – Benedita Sousa da Silva, Luislinda Dias Valois Santos, Luiza Helena Barros, Maria Osmarina Silva de Sousa (Marina Silva), Matilde Ribeiro e Nilma Lino Gomes. Vale mencionar que cinco foram indicadas nos governos do PT (Lula e Dilma Rousseff) e uma no governo de Michel Temer, do PMDB.

A desproporcionalidade que emerge desse levantamento dialoga com outros dados interseccionais que materializam em números processos de hierarquização e subordinação na constituição das instituições governamentais do Estado *democrático* brasileiro. Segundo dados da eleição de 2018 (DIAP, 2019), entre os 513 membros do Câmara, apenas 77 são mulheres – 26 a mais do que 2014. De forma desagregada, foram eleitas 63 mulheres brancas, 13 mulheres negras, uma mulher indígena, dois homens amarelos, 113 homens negros e 321 homens brancos⁷. No Senado Federal, em contrapartida, de 81 congressistas foram eleitas 11 mulheres brancas, duas mulheres pardas, zero mulheres negras, três homens amarelos, 12 homens pardos, zero homens negros e 53 homens brancos. Se, de um lado há sub-representação de mulheres em lugares públicos e cargos políticos, de outro há altos índices da responsabilização de mulheres aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, com destaque para mulheres negras/pretas. No Brasil, em 2016, segundo relatório de *Estatísticas de Gênero e Indicadores Sociais de Mulheres no Brasil* (IBGE, 2018), as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). O recorte por cor ou raça indica ainda que as mulheres pretas/negras ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016.

Em meio a questões como menos acesso a recursos partidários⁸, acúmulo de múltiplas encargos domésticos, (re) produção de estereótipos que atribuem à figura de homens brancos cisheteronormativos a representação positiva da capacidade e inteligência ideal para ocupar cargos políticos, mulheres, sobretudo mulheres negras/pretas, pardas e pobres, sofrem múltiplas violências de exclusão, invisibilização e desumanização, que se entrelaçam em diferentes escalas aptas a repercutirem diretamente nos processos de participação e representação política (CARNEIRO, 2003, 2009). Trata-se, de forma resumida, de exemplos

⁶ A categoria raça/etnia/cor foi preenchida tendo por base a autodeclaração das mulheres.

⁷ Cabe destacar que, comparativamente a 2014, é possível notar um aumento da pluralidade e a quebra gradual da maioria masculina e branca na Câmara. Em 2014, foram eleitos 369 homens brancos, 93 homens negros, zero homens amarelos, 41 mulheres brancas, 10 mulheres negras e zero mulheres indígenas.

⁸ O Movimento Transparência Partidária, em pesquisa realizada em 2018, evidenciou, a partir de dados obtidos através do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que as candidatas mulheres tiveram menos recursos que os candidatos homens (MOREIRA, 2018).





de traços das engrenagens que movimentam os processos racistas e sexistas que (re) constituem de forma imanente o Estado *democrático* brasileiro apto a privilegiar umas e segregar outras, dando preferência para a perpetuação de um ideal de branquitude⁹ que se coloca como padrão, *sinônimo de ser humano ideal* herdado e atualizado da colonialidade escravista histórica brasileira e de suas implicações com dimensões de gênero, classe, sexualidade, entre outras (PIRES, 2018; BENTO, 2002).

Além da circunscrição e da estabilidade da indicação para Ministérios do Estado brasileiro fechada em poucas mulheres selecionadas, o levantamento indica uma tendência de nomeação de mulheres para pastas preferencialmente vinculadas à temática de direitos humanos, mulheres, raça, combate à desigualdade social e meio ambiente, apesar da variação dos nomes dos órgãos de governo para governo – agregando os nomes é possível verificar a nomeação de mulheres 11 vezes em pastas vinculadas a *direitos humanos e mulheres*, cinco em pastas vinculadas ao *meio ambiente* e também cinco vezes no que tange à *igualdade racial*. Vale ressaltar que, entre os anos de 2003 e 2016, nos governos petistas há um padrão na ocupação dos ministérios sociais onde as Secretarias de Promoção à Igualdade Racial e a Secretaria de Políticas para as Mulheres foram ocupadas exclusivamente por mulheres, como demonstrado na Tabela 1. Em contrapartida, nesses mesmos governos os Ministérios da Saúde, Educação, Cidades, Desenvolvimento Agrário e Trabalho e Previdência Social foram destinados especialmente para homens, assim como questões vinculadas à área militar (Defesa). Vale destacar que na organização política institucional esses ministérios possuem os maiores orçamentos¹⁰, além de produzir acúmulo de capital político e visibilidade para carreiras políticas eletivas (GERARDI; ESPINOZA, 2016, p. 10).

Dito isto, no subitem a seguir apresentam-se alguns traços do perfil e da trajetória profissional das mulheres que ocuparam cargos no mais alto escalão do Poder Executivo. Pretende-se organizar e destrinchar informações da vida coletiva de forma a traçar *capitais simbólicos*, para além da raça branca e da masculinidade, aptos a disputar posições dominantes nas instituições políticas organizacionais.

⁹ De forma resumida, segundo Edith Piazza (2002), o termo branquitude pode ser manejado para identificar práticas realizadas por pessoas portadoras da brancura com o objetivo de manter o privilégio que o branco possui nas sociedades estruturadas pela hierarquia racial apto a privilegiar uns e excluir outras. Deste modo o *ser branco* assume a figura de ser humano ideal e cria condições para que o *status* seja mantido.

¹⁰ Em 2015, o orçamento destinado às seguintes áreas foi: R\$ 109,2 bilhões para a Saúde; R\$ 101,3 bilhões para a Educação; R\$ 5,6 bilhões para o Desenvolvimento Agrário; R\$ 73,4 bilhões para o Trabalho e Previdência; R\$ 27,8 para Cidades (BRASIL, 2015).





4 TRAJETÓRIAS, PERCURSOS E SIMILARIDADES: TITULAÇÃO, CARREIRA POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo estudos da ciência política, a problematização do recrutamento de cargos nos ministérios desvela o nível de rotatividade e estabilidade da elite política ministerial (CAMERLO, 2013). Nessa linha, trabalhos como de González Bustamante e Olivares (2016) afirmam que o acesso às posições mais relevantes da elite política resulta da construção de uma rede social, bem como da formação de capitais simbólicos ao longo da profissional. Para alcançar espaços nesses cargos da alta cúpula política, segundo a literatura e pesquisas empíricas na área, é preciso desenvolver o nível educacional, vínculos sociais formados no campo político, bem como tecer uma maior proximidade com centros de poder, seja desempenhando cargos no parlamento (RODRÍGUEZ TERUEL, 2011, p. 39), ou ainda no partido de quem estiver na presidência (INÁCIO, 2013, p. 64) ou coligado à presidência.

Tendo por base essas formações de conexões políticas, capitais simbólicos e obtenção de apoios que podem sustentar as indicações para o cargo nos Ministérios do Estado, considerou-se a trajetória anteriormente à posse como ministra nos seguintes critérios descritos abaixo, além da formação acadêmica (títulos e formação acadêmica):

- i) político: mulheres com carreiras em cargos eletivos, ocupante de cargos de governo local, estadual ou federal (levam-se em consideração cargos eletivos, nomeados, os desempenhados em burocracias na administração pública, na cúpula de partidos políticos, sindicatos e associações);
- ii) público: mulheres com trajetória profissional fixada em setores estatais, concursadas ou não (e.g. professoras universitárias)
- iii) partidário: mulheres com trajetórias estabelecidas em partidos políticos;
- iv) proximidade com organizações religiosas: mulheres com trajetórias vinculadas a pautas religiosas (candomblé, católica, protestante, evangélica etc.);
- v) proximidade com organizações sociais: mulheres com percursos políticos vinculados a movimentos populares, sindicatos (patronais), organizações não governamentais.

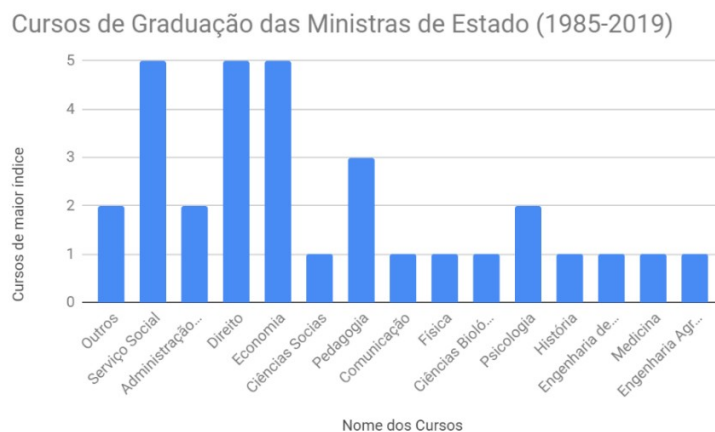
Dessa forma, é possível identificar que a construção das trajetórias profissionais das 32 nomeadas apresenta um modelo heterogêneo e um padrão misto, com carreiras construídas em diversos campos, como o político, o estatal, o partidário e no ativismo social.





Já no levantamento sobre os Cursos de Graduação realizados pelas Ministras é possível já observar a grande variação e a trajetória heterogênea desenvolvida por elas. Entretanto, cursos com mais índice de repetição nas trajetórias são Direito (15,6%), Administração Pública (15,6%) e Economia (15,6%).

Gráfico 1 – Cursos de Graduação das Ministras de Estado (1985-2019)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em informações no CPDOC e DIAP.

Para além de desígnios específicos de partidos políticos, diversidade das pastas ministeriais, bem como mudanças na conjuntura política, nota-se que a carreira política aparece com frequência no recrutamento de mulheres para o cargo de ministras de Estado. Entretanto, apesar de 25 indicadas agregarem capital político, esse não é essencial para justificar o recrutamento. Tal fato fica evidente quando se observa a trajetória de Izabela Monica Teixeira, nomeada nos governos Lula (2007-2011), Dilma (2011-2015) e Dilma II (2015-2016) para o Ministério do Meio Ambiente, dispondo apenas de capital público, o que pode traduzir um perfil mais técnico, conhecimento sobre o funcionamento da burocracia.

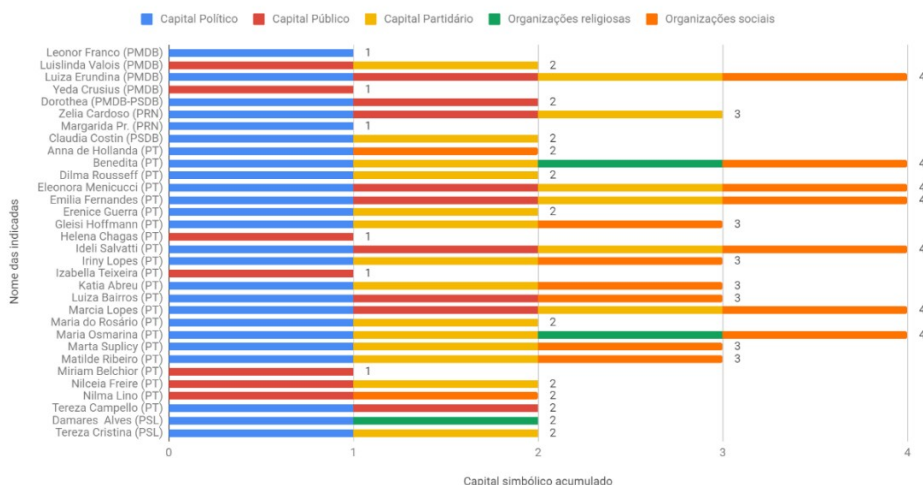




Gráfico 2 – Trajetórias de Ministras de Estado e capitais simbólicos agregados

Trajetórias de Ministras de Estado (1985-2019)

Recrutamento de Ministras de Estado e capitais simbólicos agregados antes da nomeação



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em informações no CPDOC e DIAP

*O partido que aparece próximo ao nome das nomeadas é referente ao partido da presidência da época.

Nesse diapasão, o gráfico também identifica que não é o acúmulo de capitais simbólicos ao longo da trajetória profissional antes da nomeação que mobilizam o recrutamento. Nota-se, por exemplo, que, apesar de três ex-ministras agregarem quatro capitais ao longo da carreira, apenas uma delas é indicada para ocupar a cúpula do poder executivo mais de uma vez. Ideli Salvatti, professora de Física aposentada, uma das fundadoras do PT em Joinville (SC), fundadora da CUT/SC, com uma longa trajetória na representação legislativa em Santa Catarina, foi recrutada quatro vezes nos governos petistas para ocupação de ministérios: Secretaria de Direitos Humanos (2015), Ministério da Pesca e da Agricultura (2011), Secretaria de Relações Institucionais (2011-2014), Secretaria de Direitos Humanos (2014-2015). Benedita da Silva, por outro lado, com a mesma quantidade de capital simbólico¹¹ acumulado ao longo da carreira política, foi indicada apenas uma única vez no governo Lula (2003-2007) para o Ministério da Assistência Social (2003-2004).

Além do capital político ao longo da trajetória, nota-se uma ênfase no recrutamento de mulheres que tenham a trajetória profissional vinculada de alguma forma a partidos políticos. O Gráfico 2 indica que 20 mulheres antes da nomeação se vincularam de alguma forma a partidos políticos, mobilizando o capital social, político e econômico dessas estruturas. É interessante observar que, nos governos no PMDB, das quatro mulheres indicadas metade era

¹¹ Capital simbólico é, para Pierre Bourdieu (1989), um capital relacionado ao prestígio ou à honra, da ordem do conhecimento e do reconhecimento, que permite que os agentes sejam percebidos no espaço social. É estruturado através de campos de lutas simbólicas e exercendo efeitos sobre o pensamento e as práticas, além do campo.





filiada a partidos políticos: Luiza Erundina, nomeada por Itamar Franco (PMDB), na época filiada ao PT, e Luislinda Valois, nomeada por Michel Temer (PMDB), na época filiada ao PSDB. No governo de Fernando Collor de Mello (PRN), das duas mulheres nomeadas, apenas Zélia Cardoso era filiada à época ao PMDB. Na mesma proporção, o governo de Jair Bolsonaro (PSL), assim como o de Fernando Henrique Cardoso, também com duas nomeações de mulheres, apenas duas aparecem como vinculadas a partidos políticos, respectivamente, Tereza Cristina é filiada ao DEM e Cláudia Costin, ao PMDB. Nos governos petistas, das vinte e duas indicadas, dezessete estavam vinculadas a partidos políticos e apenas Katia Abreu, do PDT, não pertencia ao Partido dos Trabalhadores. O resultado dialoga diretamente com os apontamentos feitos por Gerardi e Espinoza (2016, p. 12), que denotam que os governos petistas apresentam padrões de carreira longa, ocupando cargos em partidos, associações e sindicatos. Alguns estabelecem uma carreira eletiva galgando degraus no ambiente municipal, cargos legislativos e de primeiro escalão de governos (locais e estaduais).

É também nos governos petistas que é possível verificar a maior concentração de mulheres com trajetórias com algum tipo de vínculo a movimentos sociais. Nota-se que quase todas as mulheres que possuem marcas na carreira dentro dos movimentos sociais foram indicadas pelos governos de Lula e Dilma. A única mulher que possui em sua carreira política vínculo com movimentos sociais e foi indicada por outro governo que não o Partido dos Trabalhadores foi Luiza Erundina nomeada por Itamar Franco (PMDB) para a Secretaria de Administração Federal. Lembrando que Erundina na época era filiada ao PT¹². Nesse contexto, cabe ainda destacar que mulheres nomeadas para Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial e Secretaria Especial de Direitos Humanos, marcas sobretudo dos governos petistas, possuem uma trajetória ligada à militância em direitos humanos, causas feministas e/ou do movimento negro e, majoritariamente, trajetória acadêmica e de pesquisa.

No que diz respeito ao capital mobilizado frente a pautas e vínculos com organizações religiosas, três trajetórias de mulheres indicadas se destacam: Benedita da Silva e Maria Osmarina (conhecida como Marina Silva), ambas nomeadas pelos governos do PT; e

¹² Sobre o assunto, cabe destacar que o Diretório Nacional petista, no dia 6 de fevereiro de 1993, decidiu pela suspensão “de todos os direitos e deveres partidários” de Erundina pelo período de um ano. A punição ocorreu depois que a ex-prefeita de São Paulo aceitou assumir o cargo de ministra-chefe da Secretaria da Administração Federal do governo de Itamar Franco. Segundo nota divulgada pelo PT na ocasião, a deputada “rompeu” com a disciplina partidária ao não consultar a legenda sobre o assunto e ao desrespeitar a decisão da sigla de atuar na oposição a Itamar (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).





Damara Alves, atual Ministra da pasta sobre Mulher, Família e Direitos Humanos criada pelo PSL. Nota-se que as três mulheres indicadas estão vinculadas de múltiplas formas a comunidades evangélicas. Tal indicativo corrobora por outro ângulo o aumento e o fortalecimento da bancada evangélica nos últimos anos no cenário político brasileiro. Segundo o relatório anual do DIAP (2019), para 2019 foram eleitos nove candidatos a mais identificados com a crença evangélica do que anteriormente, chegando a 84 deputados; já no Senado, os evangélicos eram três e, em 2019, serão sete parlamentares.

Sobre trajetórias acadêmicas no Gráfico 1, o capital movimentado pelo acesso a espaços vinculados a associações de pesquisa, reitoria de universidades, associações acadêmicas, ocupação de cargos de conhecimentos técnicos, concursadas e *experts* do setor estatal estariam vinculados ao capital público. No que tange à nomeação específica de mulheres para Ministérios de Estado no Brasil, nota-se uma maior tendência de recrutamento de mulheres que mobilizem, dentre outros capitais simbólicos, um acúmulo de *expertise* nos governos do PMDB. Das cinco mulheres indicadas pelo governo do PMDB, apenas Leonor Franco não tem a trajetória marcada pelo capital público. Já nos governos do PT, PRN e PSB apenas metade das mulheres respectivamente indicadas agregaram ao longo do percurso profissional até a nomeação a marca da *expertise*. No governo atual de Jair Bolsonaro (2019), do PSL, as duas mulheres nomeadas para cargos em ministérios não possuem o percurso profissional caracterizado por esse tipo de capital simbólico.

Através de uma análise mais aprofundada, a qual leva em consideração a titulação acadêmica das mulheres indicadas para cargos de Ministras de Estado antes da nomeação, é possível observar nuances do capital simbólico marcado pela *expertise* no setor público, visto no Gráfico 2 (no item capital público). O chamado “destaque” ou ainda *expertise* é caracterizado nesta pesquisa tanto pelo conhecimento do funcionamento e operacionalização técnica da burocracia – dado coletado pela ocupação de cargos eletivos ou concursados dentro da esfera pública –, como pela trajetória no magistério e pesquisa no setor público. Desse modo, nota-se que o capital público ou ainda a *expertise* manejados, por exemplo, por Yeda Crusius, Dorothea Werneck, Eleonora Menicucci, Izabella Teixeira e Nilma Lino Gomes, se fixam no poder simbólico agregado pelo meio acadêmico o que pode ser evidenciado pelo Gráfico 3, exposto a seguir.

Nota-se, ainda, que mulheres oriundas do meio acadêmico apresentam baixa proporção de cargos prévios, ausência de filiações partidárias¹³, demarcando que são, em

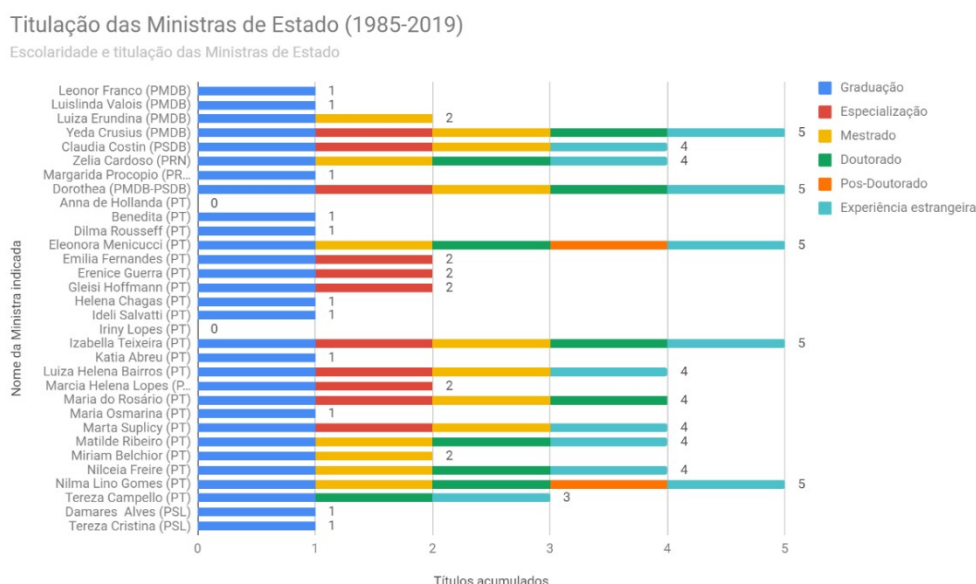
¹³ Salvo Eleonora Menicucci, nomeada pelo governo Dilma (PT), todas as mulheres citadas anteriormente na evidência da *expertise* acadêmica não são filiadas a partidos.





geral, recrutadas em função do destaque, *expertise*. Nesse sentido, cabe rememorar e exemplificar a trajetória de Nilma Lino Gomes, que ocupou, nos governos de Dilma Rousseff (PT), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e, posteriormente, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, sem qualquer vinculação direta ao partido. Nilma é docente da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do movimento negro, além de integrar comitês de organizações sociais relacionados à diversidade e educação da população afro-brasileira. Antes de assumir o cargo de ministra, Nilma foi a primeira mulher negra/preta a ocupar a reitoria de uma Universidade Federal, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em 2013.

Gráfico 3 – Escolaridade e Titulação das Ministras de Estado



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em informações no CPDOC e DIAP

*O partido que aparece próximo ao nome das nomeadas é referente ao partido da presidência da época.

5 CONCLUSÃO

Michèle Riot-Sarcey afirma que as “[...] mulheres só podem alterar o sistema no decorrer de um processo coletivo de emancipação crítica em relação ao conjunto da rede de poderes, fundadora de exclusões e reprodutora de dominação” (1994, p. 254-255). Nesse sentido, é importante compreender que os dados apresentados na presente pesquisa denotam ainda a ascensão a espaços de decisão de mulheres singulares, não de um grupo que alcançou a emancipação e o espaço que lhe cabe socialmente. A presença de mulheres na alta





burocracia brasileira, além de ser incipiente, conta com diversos elementos definidores sobre quem são as pessoas que “podem” ocupar esses espaços – a mulher que chega ao cargo de Ministra de Estado é aquela que obteve diferentes “acúmulos” políticos e pessoais que lhe possibilitaram alcançar tal feito.

O que se observa a partir da análise de dados aqui realizada é que são diversos os “capitais” que permitem que determinadas mulheres sejam indicadas a cargos ministeriais. Enquanto no campo da formação acadêmica as mulheres têm diferentes trajetórias, sendo os cursos de Serviço Social, Direito e Economia os que mais aparecem (e considerando que apenas duas ministras não possuem graduação), o que se destaca nas nomeações são os capitais simbólicos agregados. Os capitais político e partidário são elementos de destaque – o segundo especialmente ao longo dos governos do PT, que privilegiou mulheres organicamente inseridas no Partido para as indicações aos Ministérios – o que denota a necessidade de inserção das mulheres em uma estrutura político-partidária para serem consideradas aptas aos postos. Em seguida, o capital público assume relevância ímpar.

A inserção em movimentos sociais é um indicativo importante, em especial nos governos petistas, demonstrando a valorização das mulheres com trajetórias de militância. A Bancada Evangélica, em ascensão no Parlamento, obteve também suas representantes entre as Ministras, com três indicações de mulheres ligadas a movimentos religiosos.

É importante, também, a compreensão sobre quais pastas são abertas às mulheres. Ainda que paulatinamente os espaços tenham sido conquistados, com mulheres em pastas de relevância ímpar para a estrutura estatal – o (agora extinto) Ministério do Trabalho, a Casa Civil e o Ministério do Planejamento são apenas alguns exemplos – existem cargos que representam uma lógica masculinista, como o Ministério da Defesa, jamais ocupado por uma mulher.

O trabalho buscou abrir uma janela frente à complexa realidade de indicações ministeriais que, como dito anteriormente, são cargos de confiança e de livre nomeação pelo chefe do Poder Executivo. O objetivo foi demonstrar a intrincada rede de fatores que levam determinadas mulheres a alcançarem esses postos e, a partir da análise prosopográfica, fornecer dados para se compreender a realidade das mulheres na alta burocracia brasileira. Longe de chegar a resultados definitivos, o que se buscou foi gerar indagações acerca das composições de ministérios desde a redemocratização.

À guisa de conclusão, o que se extrai a partir das análises tecidas é que as trajetórias das ministras são bastante heterogêneas, mas em comum elas têm a presença em espaços





públicos, seja através da academia, de movimentos sociais, de concursos públicos ou mesmo de cargos representativos por meio de eleições. Ocupar um espaço como esse é essencial para que a mulher seja vista e reconhecida socialmente como alguém que tem potencial para ser Ministra de Estado. No entanto, o complexo arcabouço que envolve a formação – e a reafirmação enquanto sujeito político – dessas mulheres faz com que não exista entre elas uma só identidade. Elas representam diferentes setores, grupos de interesse, históricos de lutas sociais e religiosas, com diferentes formações acadêmicas (em maior ou menor grau), o que significa que as mulheres que ocupam os Ministérios não atuam focadas em objetivos comuns¹⁴.

Adentrar em espaços de decisão do alto escalão republicano no Brasil ainda é uma realidade de poucas mulheres – em sua maioria mulheres com capital político, partidário e público. Mesmo com o aumento no número de Ministras, a lógica de indicação segue operando por meio de acúmulos e privilegiando homens nas escolhas pelos Presidentes. A alteração estrutural da realidade demanda ainda muito esforço.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sheila Cristina Tolentino; POMPEU, João Cláudio. *Trajatória recente da organização do Governo Federal*. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 12, p. 13-20, jul./dez. 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CORONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.) *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Minuit, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Deifel, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório Preliminar do Projeto de Lei Orçamentária de 2015* (PL Nº 13, de 2014–CN). p. 19-26. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/loa/2015/elaboracao/parecer-preliminar/relatorio-preliminar/view>. Acesso em: 30 jan. 2019

BRASIL. Palácio do Planalto. *Lei n.º 13.266*, de 5 de abril de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm. Acesso em: 30 jan. 2019.

¹⁴ Nesse sentido, é relevante a construção teórica de Richard Pildes, que identifica duas formas de representação: a) representação descritiva, onde o grupo relevante tem seus representantes (refletem a comunidade minoritária nos aspectos relevantes), ocupando diretamente determinados cargos; b) a representação substantiva, em que importam os interesses reais dos grupos minoritários, se são de fato realizados por meio de processos democráticos (PILDES, 2004).





BUSTAMANTE, Bastián González; OLIVARES, Alejandro. Cambios de gabinete y supervivencia de los ministros en Chile durante los gobiernos de la Concertación (1990-2010). *colomb.int.*, Bogotá, n. 87, p. 81-108, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122016000200005&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 16 ago. 2020.

CAAMAÑO DOMÍNGUEZ, Francisco M. Representación o participación de las minorías: sobre la determinación de algunos espacios constitucionales útiles de las políticas del reconocimiento. *Fundamentos: Cuadernos monográficos de teoría del estado, derecho público e historia constitucional*. Coord. por Francisco José Batista Freijedo. n. 3, 2004. Dedicado a la Representación Política.

CAMERLO, Marcelo. Gabinetes de partido único y democracias presidenciales. Indagaciones a partir del caso argentino. *América Latina Hoy [en línea]*, v. 64, 119-142, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30827842006>. Acesso em: 16 ago. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres negras e o poder: um ensaio sobre a ausência*. Publicado em 21 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-6-CARNEIRO-Suely-Mulheres-Negras-e-Poder.pdf>: Acesso em: 31 jan. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CPDOC). Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 16 ago. 2020.

COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; BUTTURE, Paula; LOPES, Ana Paula. O desenho e as fontes de pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. In.: CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (org.). *Como estudar elites*. Curitiba: UFPR, 2015. p. 63-94.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP) (ed.). *Novo Congresso Nacional em Números 2019-2023*. Brasília: DIAP, 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Há dez anos, sigla puniu Erundina por desobediência*. Publicado em 7 de fevereiro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0702200304.htm>. Acesso em: 30 jan. 2019

GERARDI, Dirceu André; ESPINOZA, Fran. O recrutamento dos ministros da área social em tempos de impeachment. Newsletter. *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, NUSP/UFPR, v. 3, n. 9, p. 1-23, junho 2016.

INÁCIO, Magna. Escogiendo ministros y formando políticos: los partidos en gabinetes multipartidistas. *América Latina Hoy*, v. 64, p. 41-66, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30827842003>. Acesso em: 16 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.





INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018.

MOREIRA, Marli. Candidatas tiveram menos recursos de campanha, diz ONG. *EBC – Agência Brasil*. Publicado em 12.nov.2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/ong-lanca-em-sp-ferramenta-que-detalha-receitas-de-campanha-eleitoral>. Acesso em: 31 jan. 2018.

PIAZZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002

PILDES, Richard. Democracia y representación de intereses minoritarios. *Fundamentos: Cuadernos monográficos de teoría del estado, derecho público e historia constitucional*. Coord. por Francisco José Batista Freijedo. n. 3, 2004. Dedicado a la Representación Política.

PIRES, Thula. 130 anos de Lei Áurea e 30 anos da Constituição de 1988: constitucionalismo e decolonialidade em perspectiva diaspórica. In.: GOES, Luciano. *130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 463-487.

RIOT-SARCEY, Michèle. A democracia representativa na ausência das mulheres. *Estudos Feministas*, número especial, p. 247-255, out. 1994.

RODRÍGUEZ TERUEL, Juan. *Los ministros de la España democrática: reclutamiento político y carrera ministerial de Suárez a Zapatero (1976-2010)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011.

SILVA, Mariana Batista da. *O ministério dos ministérios: a governança da coalizão no presidencialismo brasileiro*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.* [online], v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

TSE aprova uso do nome social de candidatos na urna. *Tribunal Superior Eleitoral - Notícias*, Brasília, 1 mar. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/tse-aprova-uso-do-nome-social-de-candidatos-na-urna>. Acesso em: 16 ago. 2020.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.





DADOS DA PUBLICAÇÃO

Categoria: artigo submetido ao *double-blind review*.

Recebido em: 10/07/2019.

Aceito em: 18/05/2020.

